




EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

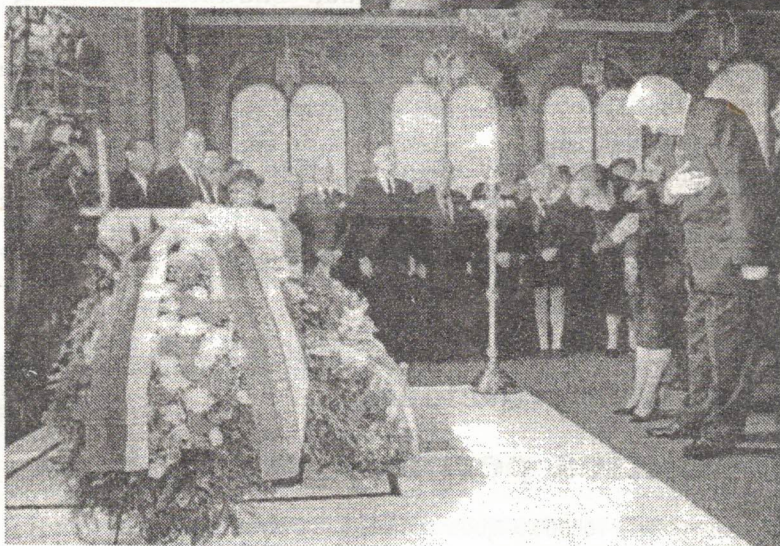
ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IX - Nº 155 - 2ª QUINZENA DE JULHO DE 1998 - R\$ 1,00



ACM, com a ajuda da direção da ANDES, consegue acabar com a greve das universidades federais.

60 anos da IV Internacional: Em defesa do Marxismo.

3ª Conferência Nacional do POR: A crise econômica mundial vai se aprofundar; novamente, a alternativa é socialismo ou barbárie.



A burocracia estalinista se curva para o enterro do czar: um retrato de sua prostração histórica.



GREVE GERAL PARA DERROTAR O PLANO DE FOME DE FHC!

Quinzena do Movimento Operário

Borracheiros cruzam os braços na João Maggion

Os trabalhadores da João Maggion, indústria de pneus localizada em Guarulhos, fizeram uma greve de quatro dias por aumento real de salários de 5%, reposição da inflação dos últimos 12 meses (4,76%), participação nos lucros ou resultados e contra a pretensão da empresa de aumentar a jornada de trabalho de 41 horas e 15 minutos semanais para 44 horas semanais. Desta forma, os trabalhadores passariam a trabalhar também aos sábados. Os trabalhadores em greve lutam pela redução para 40 horas semanais. A empresa queria também cortar cláusulas sociais que estão no acordo coletivo, como adicional de insalubridade (20%), adicional noturno (30%), cesta básica, convênio médico, etc.

Operário pára por participação

Os 70 operários da Rowamet, de Santo André, fizeram greve para obrigar a empresa a pagar a PLR, tíquete-refeição, cesta básica e convênio médico.

Bancários reverterem demissões

Depois de 30 dias de protestos e manifestações, os funcionários da Transpev conseguiram

ram fazer com que a empresa revertere a demissão por justa causa de 56 trabalhadores. A empresa havia demitido os trabalhadores em represália a uma paralisação de 24 horas realizada em maio para reivindicar pagamento de participação nos lucros ou resultados (PLR).

Metalúrgicos da Caloi rejeitam proposta do patrão e entraram em greve

Os trabalhadores da Caloi, em Sorocorro, região de Santo Amaro, rejeitaram proposta da empresa de pagamento parcelado do prêmio de participação nos lucros ou resultados (PLR) e fizeram uma greve que durou três dias, exigindo que o pagamento imediato e de uma só vez.

Carteiros fazem protesto contra demissões

O sindicato dos Carteiros de São Paulo realizou manifestação em frente ao prédio do centro de triagem da Empresa de Correios, na Vila Guilherme para protestar contra a demissão por justa causa de 17 trabalhadores só porque queriam marcar uma reunião com a chefia para discutir problemas de relacionamentos no local de trabalho.

Bancários fizeram greve de três dias contra a demissão de 120 trabalhadores

Os 600 funcionários do Banco Mercantil de Descontos (BMD) entram em greve em protesto contra as demissões de 120 bancários. O banco está em processo de liquidação extrajudicial.

Pessoal da Masterbus pára e exige pagamento de extras

Motoristas e cobradores da empresa de ônibus Masterbus pararam suas atividades durante três horas

para protestar contra os atrasos no pagamento de salários e horas extras que têm sido constantes, segundo o Sindicato dos Condutores de São Paulo, e representam de 300 a 400 reais a mais, mensalmente, por funcionário.

Servidores públicos de Guarulhos entram em greve

Os servidores públicos de Guarulhos entraram em greve no dia 15/07, em protesto contra o atraso de dois meses no pagamento dos salários. A greve teve adesão inicial de 95% dos 11 mil funcionários, segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública de Guarulhos. A prefeitura está pagando somente para alguns órgãos, este mês, salários de maio.

Ásia - Greve Geral contra as demissões em massa

Na Coréia do Sul, mais de 55 mil trabalhadores iniciaram uma greve geral por tempo indeterminado em protesto contra as demissões em massa que vêm ocorrendo em todo o país. Quando as lutas pelas reivindicações imediatas transformam-se em protesto generalizado é porque já se tornaram movimento político contra o estado e o modo de produção capitalista. Nas condições de crise estrutural, as reivindicações imediatas têm que ser superadas pelas reivindicações mais gerais que conduzem à destruição do capitalismo, pois, caso contrário, morrem no próprio nascedouro. Lutar contra as demissões significa levantar a reivindicação de escala móvel de horas de trabalho sem redução dos salários. Cabe aos trabalhadores brasileiros seguir o exemplo dos trabalhadores coreanos, o que significa organizar os comitês de luta para preparar as condições para a organização da greve geral contra o plano neoliberal de FHC.

60 anos da IV Internacional

Curso de formação política permanente do POR

O POR realiza mensalmente um curso de formação política voltado a ajudar a militância e os simpatizantes a se aprofundarem no estudo do marxismo. Não há expositores, é feita uma leitura coletiva dos textos, seguida de discussão em grupos e plenária de debates. Já é uma prática do partido há mais de três anos. Em agosto, iniciaremos o estudo dos textos relativos à Oposição de Esquerda e à IV Internacional. Maiores informações com o distribuidor deste jornal.



3ª Conferência Nacional do POR

Nos últimos dias 11 e 12 de julho, o POR realizou sua 3ª Conferência Nacional. A pauta incluía a situação internacional, situação nacional e intervenção nas eleições. Além disso, debateu-se também a ruptura do POR argentino com o Cerqui e o informe de atividades.

Sobre a situação internacional, a resolução aprovada centra-se em explicar a atual crise econômica mundial do capitalismo.

Tal crise encontra suas raízes no esgotamento do crescimento global efetivado após a 2ª Grande Guerra Mundial. Depois de uma brutal destruição das forças produtivas em escala global, houve crescimento geral até a década de 60. Mas daí em diante, de crises em crise, o capitalismo tem expressado seu esgotamento histórico por meio das crises de superprodução. Com a economia mundial cada vez mais integrada, essa crise geral teve diversas manifestações. Mas os crescimentos regionais observados se deram em geral em função de retrocessos de outros. Num momento, o Japão aparece crescendo, enquanto EUA decrescem e a Europa permanece estagnada. Em outro, ocorre o oposto. Mas se em alguns anos se verificou um crescimento limitado, nas últimas décadas se verifica uma estagnação per capita mundial.

A crise de superprodução levou o imperialismo a lançar uma ofensiva sobre os países atrasados em busca da reconcentração de mercados e capitais. A aplicação dos planos neoliberais se deu às custas de grande aumento da opressão nacional e dependência externa. Esse mecanismo começa a mostrar sinais de esgotamento, e não permitiu a superação da crise superprodutiva. Necessariamente, essa crise se projetará aos países imperialistas. Já começou a se materializar, como vemos em relação ao Japão.

O agravamento da crise mundial impulsionará as tendências de crise social e política. O desemprego crescente e os ataques às condições de vida das massas pressionará por lutas de massa, apesar da contenção das direções burocráticas. As greves

nos EUA, saques na Indonésia e Brasil, manifestações e lutas na Europa etc. apontam para um ascenso. O partido deve impulsioná-las, pois são o caminho para que as massas avancem rumo à revolução socialista, única via de evitar a barbárie.

A resolução sobre a situação nacional parte da análise do Plano Real, que estabeleceu as condições políticas e materiais para a aplicação das reformas neoliberais ditadas pelo imperialismo. A estabilização monetária baseia-se no artificialismo da âncora cambial. Trata-se da sobrevalorização da moeda por meio de artifícios, como a altíssima taxa de juros e o forte ingresso de capital externo voltado à aquisição de estatais. A aplicação desse artificialismo compromete as contas públicas, reduz a capacidade de exportação do país (agravando o déficit comercial) e só pode resultar num impasse, que pode ser antecipado pela aceleração da crise internacional.

A estabilização monetária permitiu que as frações burguesas pudessem negociar, sob condições políticas menos instáveis, as reformas econômica, administrativa, da previdência etc. O conjunto de reformas ditadas pelo imperialismo avançou sem encontrar resistência organizada das massas. Contribuiu para isso de modo decisivo a conduta das direções sindicais, em especial a majoritária (reformista), que foi ao longo dos anos incorporando aspectos da ideologia neoliberal, até o salto qualitativo de passar do apoio a algumas medidas à crítica limitada a aspectos, ou seja, da oposição limitada ao apoio (pouco) crítico. Essa posição contaminou as organizações de massa, em particular a CUT, que negaram-se a travar a luta ao plano no seu conjunto. Hoje, o reformismo afirma que preservará a essência do Plano de FHC. A política de conciliação de classes preparou o caminho para a aplicação das reformas neoliberais de FHC.

Apresenta-se como tendência um maior choque entre as classes. A utilização de métodos mais radicais pelos sem-terra (saques etc.) e a incorporação de forma radical à luta de setores em geral conservadores

(professores universitários), juntamente com tantos outros movimentos que se chocam objetivamente contra o plano do governo, apontam nesse sentido.

A burguesia tem feito campanhas preventivas contra o crescimento da violência (arrecadação de alimentos aos famintos do nordeste, Campanha da Paz, desarmamento etc.). Mas a situação aponta fortemente nessa direção. O partido revolucionário deve trabalhar por estimular essas tendências de luta, em contradição à política colaboracionista do reformismo, contrapondo-as ao plano de FHC no seu conjunto.

A resolução sobre o trabalho eleitoral parte do princípio de que a intervenção eleitoral se dá num campo de disputa próprio da burguesia. Os revolucionários têm de intervir nas eleições se as massas encontram-se sob ilusões democráticas, ou seja se são enganadas e arrastadas ao engano da via eleitoral como solução de seus problemas. Nesse caso, participarão denunciando a democracia burguesa enquanto ditadura de classe dos exploradores e as eleições como uma farsa e engano. Defenderão o programa revolucionário, baseado na estratégia da revolução e ditadura proletárias, e o método da ação direta das massas, via própria dos explorados para a resolução de seus problemas e caminho para sua libertação.

No caso das eleições

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

de 1998, percebe-se que há em geral uma grande unidade, que vai da burguesia até o reformismo, de compromisso em sustentar o plano Real. A maioria das frações burguesas se coloca pela reeleição como instrumento para preservar o plano. A oposição reformista tem ampliado seu compromisso com o ideário neoliberal na tentativa de aproximar as frações burguesas descontentes da candidatura frentepopulista, como prova a renúncia à defesa das estatais priva-

tizadas. Sob essa política, o reformismo desempenha um papel de bloqueio às lutas e sustentáculo do plano governista.

As correntes centristas se colocaram direta ou indiretamente pelo apoio ao reformismo. Algumas se colocaram pelo apoio imediato, outras, como o PSTU, lançam candidato voltado ao apoio num suposto segundo turno. Tornam-se avalistas do reformismo, e cúmplices no bloqueio às lutas.

O POR trabalhou durante meses para que as correntes de esquerda rompessem com o eleitoralismo e se

colocassem pelo combate ao plano de FHC, apontando a necessidade da luta antiimperialista. A negativa e o eleitoralismo predominantes obrigam o POR a intervir nas eleições com a defesa do voto nulo programático. Quer dizer que defenderemos que os assalariados votem contra os partidos burgueses pró-imperialistas e também contra o reformismo e o centrismo, que paralisam e enganam as massas, e defendam o programa da revolução e ditadura proletárias e se coloquem pela ação direta para resolução dos seus problemas.

Programa do POR

A importância da Conferência para o partido marxista

A Conferência, depois do Congresso, é o organismo máximo de discussão coletiva e de deliberação. Nela não se muda o Programa e não se elege e nem se modifica a direção, atribuições próprias do Congresso. Fora disso trata de todos os demais problemas, inclusive disciplinares. Mas a função primordial da Conferência é tratar dos novos aspectos conjunturais e de avaliar o desenvolvimento do partido.

No primeiro aspecto, a Conferência atua crítica e autocríticamente analisando as posições políticas do último período, confirmando, adaptando e corrigindo as formulações, se necessário. No segundo aspecto, sob a base de informes organizativos, a Conferência analisa a intervenção na luta de classes, o trabalho da direção, das regionais e das células, objetivando verificar a penetração da política revolucionária entre os trabalhadores e os avanços ou retrocessos ocorridos.

Os aspectos organizativos sempre estão ligados aos da linha política e do programa.

Daí a importância de se saber se as bandeiras estiveram e estão de acordo com a realidade, se os métodos de trabalho corresponderam às exigências da situação, se a disciplina esteve à altura da concepção leninista do partido etc. A revelação das falhas é fundamental. Só assim o partido assimila os métodos de trabalho, compreende a aplicação da tática e ganha coesão organizativa.

A transparência da vida partidária é decisiva para o fortalecimento organizativo em torno do programa. Os marxistas procuram se aperfeiçoar cada vez mais no método de elaboração coletiva, sem o que não haverá a crítica e autocrítica. A aproximação cada vez maior da realidade e a assimilação teórica cada vez mais avançada somente serão possíveis através da formulação coletiva, das discussões crítica e autocríticas.

A Conferência, tanto quanto o Congresso, são organismos superiores de funcionamento do centralismo democrático, que diferencia o partido marxista dos partidos pequeno-burgueses de esquerda (centristas) e dos partidos burgueses. Em sua essência esse regime partidário consiste na mais ampla liberdade de divergência interna e na mais rigorosa centralização externa, de forma que esteja assegurada a concretização unitária das decisões que comportaram divergências. Não é por acaso que os Estatutos do POR regulamentam a cada dois anos um Congresso e uma Conferência intermediária.

Toda formulação estratégica e de linha política geral deve ser feita por esses organismos soberanos. O grau de preparação, o nível de atuação militante, consistência da disciplina e a importância dada à Conferência

mostram o estado de maturidade político-organizativo do partido. Revelam também a heterogeneidade e as incompreensões. Também nesse caso a Conferência é de grande valor para corrigir imediatamente o que for possível e traçar um curso de solução para questões mais complexas como o da elevação da consciência revolucionária e da homogeneização da prática militante.

As correntes burocratizadas ou semiburocratizadas carecem de rigor com o Congresso e Conferência. Às vezes passam anos sem convocá-los e quando os convocam manipulam os problemas internos, mutilam as discussões etc. Uma situação dessa indica que o centralismo democrático está comprometido; é bem possível que vigora o centralismo burocrático.

A burocratização e formação de uma camarilha dirigente são fatais para o futuro do partido. Daí a importância de compreender o valor da Conferência para o funcionamento do partido leninista. A militância tem o dever de pôr todo empenho em sua preparação e participar ativamente com a arma da crítica e autocrítica.

O POR em poucos anos de existência já realizou cinco Congressos e três Conferências. É notável a evolução do nível de politização. Mas ainda há problemas de heterogeneidade na compreensão do valor da Conferência. Sem dúvida avançamos muito, fruto da construção do programa, dos acertos da linha geral e da penetração do partido nos lugares em que atuam.

A III Conferência mostrou muita consistência, apontando para uma maior elevação ainda no VI Congresso a ser realizado. Viva o partido leninista! Viva a III Conferência!



A polêmica sobre o programa do PT

No início de julho, o PT lançou seu programa eleitoral. São promessas de Lula e de sua frente de sustentação para atrair votos dos trabalhadores e ao mesmo tempo não espantar os capitalistas. A polêmica causada com os partidários da candidatura de FHC não ultrapassa o âmbito da disputa eleitoral.

O que os adversários questionam não são os fundamentos do programa, totalmente adaptado ao capitalismo. Ou seja, não há nada de revolucionário, subversivo. O questionamento diz respeito à impossibilidade de cumpri-lo sob um governo saído das eleições.

Os principais pontos são:

1) reduzir a jornada de trabalho para 40 horas; 2) assentar 1 milhão de sem-terra, criando 3 milhões de empregos; 3) criação de Bancos do Povo; 4) criar emergencialmente frentes de trabalho; 4) dobrar o salário mínimo durante o mandato; 5) implantar a renda mínima; 5) reforma tributária que taxe mais os ricos; 6) nenhuma criança fora da escola, escola de tempo integral, criação de 4 milhões de bolsa-escola, fim do analfabetismo, ampliação dos cursos noturnos nas universidades, ampliar o ingresso de carentes nas universidades, garantia de crédito educativo, autonomia universitária, expansão do ensino profissionalizante; 7) verba para a saúde que garanta 250 Reais anuais por habitante, implantar o SUS; combate às epidemias, atendimento integral às mulheres e aos trabalhadores; 8) assegurar aos brasileiros pleno acesso aos alimentos, estoques reguladores de alimentos em 15%, preferência aos produtores familiares, garantia de preços à cesta básica, programa emergencial contra a fome; 9) crédito favorecido a 4 milhões de pequenos proprietários agrícolas, irrigação voltada para os pequenos produtores, criação de cooperativas e 100 mil pequenas e médias agroindústrias, fim da impunidade

no campo, demarcação de terras indígenas; 10) moradia para a população de baixa renda; 11) direitos humanos, reforma democrática do judiciário, combate à corrupção, criminalidade e violência; 12) reforma política democrática, orçamento participativo, proteção ambiental; 13) atuar para mudar os organismos internacionais, fortalecer as relações com África, América Latina, defender a ampliação e reforma do Mercosul.

Como se pode ver, é um programa de reformas no interior do regime de exploração de trabalho. Nem FHC, nem qualquer capitalista pode questioná-lo. O maior sonho da burguesia brasileira seria poder implantar tais pontos. Poderia ser em uma década ou duas, já seria um grande feito estabilizador do regime. Este poderia se mostrar vigoroso no desenvolvimento das forças produtivas e progressivo nas questões sociais.

Mas o programa reformista não depende da orientação governamental, mas sim das condições da economia. Não só das condições internas. Estas estão condicionadas pela economia mundial. O capitalismo monopolista traz em suas entranhas as tendências desagregadoras das forças produtivas e de barbárie social. No Brasil, manifesta-se esmagadoramente.

As reformas possíveis são as de cunho antinacional e antipopular, como as implantadas pelo neoliberalismo. Todo esforço do Estado deve estar voltado a proteger o grande capital, tendo como prioridade o capital imperialista. Se Lula for eleito, logo terá de assumir as exigências da burguesia. Não terá como aplicar nada, absolutamente nada, de seu programa reformista.

A aplicação harmoniosa de medidas que atingem os interesses dos monopólios é uma quimera. É esta a idéia que guia o programa. Tanto é que em nenhum aspecto o governo da frentepopular propõe medi-

das antiimperialistas, ou de defesa da luta de classes.

A gestão do Estado por qualquer governo que saia das eleições está determinada pelas condições da crise capitalista e pelo desenvolvimento da luta de classe. O que quer dizer que terá de limitar sua política econômica às pressões da crise e combater a resistência das massas, cada vez mais sacrificadas.

Quando os adversários gritam que o Programa da frente PT/PDT/PSB/PCdoB não diz de onde virá o dinheiro para sua concretização, estão dizendo que os opositores estão não só fazendo demagogia eleitoral, própria da política burguesa, mas principalmente criando uma perigosa expectativa entre as massas.

Se o PT pretende ganhar a confiança da burguesia, como há tempo vem tentando, deverá trilhar o caminho do realismo capitalista. Este realismo é o de sacrificar a vida das massas e de submeter mais ainda o país semicolonial aos ditames do imperialismo.

(No próximo número continuaremos analisando o programa da frentepopular, entraremos no mérito dos pontos programáticos)

Nacional



**O POR da Bolívia comenta a tática eleitoral do POR/Brasil:
veja na Internet: www.civila.com/bolivia/socavon**

Veja também nessa página: Livraria, Revistas, Documentos Históricos

PSTU quer construir oposição à diretoria reformista da UNE... a reboque dos reformistas

No seu jornal nº 56, o PSTU faz um chamado à unidade da "oposição combativa da UNE". "A greve das federais demonstra a urgência de rearticular imediatamente a oposição de esquerda na UNE". A chamada é voltada principalmente "aos companheiros da esquerda petista". Está a tradução da política nacional do PSTU para o movimento estudantil. Ao invés de se colocar por uma frente de luta, que teria de se constituir sobre a base da defesa das reivindicações estudantis, do combate à reforma educativa, aspecto da luta geral contra o plano antinacional e antipopular de FHC, o PSTU implora ao reformismo uma frente, para substituir a atual direção reformista da UNE por outra.

A UNE encontra-se burocratizada e sua direção expressa a política de colaboração de classes do PCdoB. Tal política está em contradição com as reivindicações dos estudantes, que por sua vez estão em choque aberto com o governo e a burguesia. Para impedir que essa política prevaleça, a direção é obrigada a burocratizar cada vez mais a entidade, distanciando as bases das

decisões. Daí vem os acordos com os governos sobre as carteirinhas (que sustentam economicamente a UNE independentemente do apoio dos estudantes e dependentemente dos governos) e os filtros aos Congressos (eleição de delegados para o Nacional pelos estaduais).

O PT formula uma política que coincide nos aspectos centrais com a do PCdoB. Não se pode esconder isso dos estudantes, principalmente quando essa política se manifesta concretamente onde há disposição de combate dos estudantes e o reformismo exerce um bloqueio idêntico ao do estalinismo. Foi o que se pôde ver na USP por exemplo, onde a direção reformista se opôs à generalização da mobilização pela via da assembléia. O apego do PSTU à tática mecânica e equivocada o fez passar do apoio à assembléia geral de alunos da USP, durante a mobilização, à sua condenação, em votação no 5º Congresso de Estudantes.

O caminho da derrota da direção burocrática da UNE depende da unidade na luta estudantil, que pode varrer com os mecanismos burocráticos pela força da mobilização. Não será uma unidade sobre a base da política reformista que poderá colocar a UNE a serviço da mobilização estudantil pelas reivindicações próprias e em unidade com o movimento operário.

O frentismo seguidista leva ao programa reformista

É um dos aspectos centrais da tática do PSTU fazer incondicionalmente chamados de frente ao reformismo petista. Aplicam mecanicamente a idéia (correta) de que é necessário ajudar os traba-

lhadores a fazer a experiência com as correntes reformistas. Interpretam essa necessidade como um dogma, que implica em apoiar o reformismo sob quaisquer circunstâncias. Para tanto, desvinculam completamente sua relação com o reformismo da situação política e do papel que este desempenha concretamente numa determinada circunstância da luta de classes.

Esse equívoco se traduz em adaptação política ao reformismo. Exemplo disso é a posição, defendida na mesma edição do jornal, em relação às estatais. O PSTU critica o reformismo por negar-se a defender a reestatização das empresas estatais privatizadas pelo futuro governo eleito. Contrapõe-se com a defesa de que um suposto governo "que se pretenda democrático e popular, ou de oposição ao neoliberalismo e a FHC, teria de encarar como uma tarefa de primeira ordem a reestatização imediata de todas as estatais privatizadas."

Em primeiro lugar, o método para a reestatização das estatais é a ação direta (greve com ocupação de fábrica) e não um ato governamental. Depositar esperanças de que um governo eleito nas atuais condições realize essa tarefa é alimentar ilusões nas possibilidades do reformismo e na democracia burguesa. Em segundo lugar, um governo democrático e popular só pode se constituir por meio da frente popular, de uma aliança com setores da burguesia, portanto comprometido com ela. Jamais um governo desses se colocaria pela reestatização, menos ainda sem indenização. Afirmar que isso seria possível é alimentar ilusões no reformismo, e não ajudar as massas a desgastá-las.

PCdoB e as alianças

O estalinismo comparece como pragmático. Isso quer dizer que para ganhar postos em alguma instância do Estado faz aliança com qualquer partido da burguesia. Não há limite de classe, nem de direita ou de esquerda. É o vale tudo. O PCdoB está corrompido até a medula. É o mínimo que devemos dizer.

Infelizmente, continua a enganar uma parcela da militância dedicada com o argumento da tática e do pragmatismo. Ou então temos de admitir que todos estão apodrecidos.

Nas coligações regionais, coligou-se com Roseana Sarney, do PFL. Nesse caso, rompeu a aliança com o PT. Qual a explicação? Provavelmente, por razões pragmáticas de vantagens eleitorais e de aparelhismo estatal. No Piauí, fez o mesmo, compondo a coligação de Hugo Napoleão, do PFL. Já em Roraima, está apoiando o candidato do PSDB.

Não é preciso continuar a descrever as alianças

do estalinismo para se ver sua suja política pró-burguesa.

Outras coligações da frentepopular de Lula

No estado de Tocantins, o PDT se coligou com o PFL, que tem por candidato José Wilson de Siqueira Campos. Enquanto que o PCdoB está com o PMDB. O PT está só. Em Roraima, o PDT apoia o PPB (malufismo). Em Goiás, o PSB se ligou a Íris Rezende do PMDB, que recomendou os latifundiários se armarem contra os sem-terra, quando Ministro da Justiça de FHC. No Piauí, o PT se coligou com o PSDB, apoiando a candidatura de Francisco Gerardo da Silva. No Rio Grande do Norte, o PSB está com José Agripino Maia, do PFL. É uma imundice total. O nome bonito dado a isso é pós-modernidade.



Manifesto de O Trabalho fala de um Lula que não existe

Em carta voltada aos militantes do PT, de março de 1998, a corrente O Trabalho faz um chamado ao voto em Lula. Afirma que "nas eleições está em jogo a defesa da soberania nacional com o resgate dos direitos sociais". E ainda "o destino da nação ameaçada pela "globalização" se joga na luta para derrotar FHC o quanto antes. Para tanto, afirma que Lula simboliza uma plataforma aos olhos do povo. Eis seus pontos essenciais:

Reforma Agrária, Emprego, Salários (salário mínimo do Dieese), Reestatização das privatizadas, Não pagamento da dívida externa, Estatização do sistema financeiro, Recuperação dos serviços públicos, Rompimento de todos os acordos com o imperialismo, assembléia constituinte soberana.

É evidente que essa plataforma não tem nada a ver com Lula. Caso eleito, o governo reformista prosseguirá com a essência da política de assentamentos, não se colocará pela escala móvel de horas de trabalho, tampouco pela esta-

bilidade no emprego para todos, não elevará o salário mínimo nem mesmo ao do Dieese, para não quebrar os capitalistas nacionais, não reestatizará, continuará pagando a dívida externa, não estatizará o sistema financeiro, não será capaz de defender os serviços públicos da sanha dos especuladores, que exigem cortes para sustento do parasitismo, não romperá nada com o imperialismo, não convocará nenhuma assembléia constituinte (que aliás apenas O Trabalho quer).

Deixemos as fantasias de lado. Não vamos enganar ainda mais os trabalhadores com essas lorotas sobre Lula.

Nas eleições não se estará jogando a soberania nacional. O destino da nação não está determinado pelo resultado do futuro pleito eleitoral, que aliás não opõe projetos opostos, mas apenas discrepantes em aspectos. O que afeta a soberania nacional é a paralisia imposta pelo reformismo petista às organizações de massa, que abrem caminho para a desnacionalização e aumento da

dependência externa sem resistência operária e popular. O destino do país está sendo traçado em detrimento das condições de vida das massas, por meio da aplicação do plano Real de FHC, que o PT promete preservar, não modificar, que dirá combater.

A intervenção nas eleições de 1998 só pode cumprir papel progressivo se apontar as tarefas de combate ao plano de FHC no seu conjunto, pela mobilização unitária e nacional de massa, de crítica à conciliação reformista, que desarma política e organizativamente as massas, e de defesa da ação direta e do programa revolucionário, em oposição ao eleitoralismo.

Nacional

A "coerência" de PCO

Os jornais burgueses divulgaram que PCO dará "apoio informal a Lula". No seu jornal, Causa Operária, de 24/6, Expedito Mendonça, candidato a senador, declarou que a convenção do Distrito Federal do partido aprovou apoio crítico a Lula. Ressalva que o Encontro Nacional de PCO ainda terá de dar a palavra final.

A entrevista de Expedito, em sua essência, considera que Lula é uma referência dos explorados, não importando se expressa a política de frentepopular. A formulação de PCO é de convocação da população trabalhadora para "votar em Lula, por um governo dos trabalhadores, sem partidos patronais, contra os partidos e políticos burgueses, aí incluído Cristóvam Buarque".

Sem dúvida, PCO mantém coerência. Foi com o mesmo argumento de que Lula não se confunde com a frentepopular e que este é referência da classe operária que anteriormente Causa Operária apoiou o voto na frentepopular.

O fato do PT e seu caudilho Lula ampliarem a frente para o ingresso do PDT, de selarem acordo com o PMDB de Requião e de terem anulado a candidatura própria de Vladimir Palmeira no Rio não altera substancialmente o conteúdo da frentepopular. Também não modificam muito as experiências como a da brutal repressão do governo de Cristóvam Buarque aos sem-teto e às manifestações, bem como o fato do PT estar participando do governo Raupp, em Rondônia, na ocasião do

massacre de Corumbiara.

A revelação de corrupção envolvendo diretamente Lula passa ao largo. A mesma irrelevância tem as denúncias de que o PT recebeu milhões de empreiteiras, banqueiros etc. E para que se preocupar com as posições de Lula e sua atuação prática em favor da quebra da greve dos petroleiros? Nada disso importa para PCO. Faz denúncias, mas estas não são suficientes para PCO mudar de posição diante do reformismo nas eleições. O fundamental é que Lula é referência dos explorados e que PCO pode fazer campanha por ele, indo às massas com a bandeira de vote em Lula por um governo dos trabalhadores.

Toda sua oposição à frentepopular se esfumaça. Mas os únicos a fazerem as coisas certas, como gostam de se gabar, novamente acham que cumprirão o papel revolucionário.

Se o autoengano matasse instantaneamente, PCO cairia esturricado. Mas a história lhe dá a chance de morrer aos poucos. Para o programa da revolução e ditadura proletária já está acabado.

Que partido é esse?

Chamou-nos a atenção a ressalva de Expedito Mendonça de que a convenção regional decidiu apoiar Lula, mas que ainda depende do Encontro Nacional. Ocorre que a imprensa burguesa já publicou como posição oficial do partido.

Sem dúvida, isso pode ser desmentido. Ainda não temos conhecimento de

qualquer iniciativa nesse sentido. Mas um fato é certo: a posição em favor de Lula foi colocada publicamente por uma convenção regional.

Atitude estranha essa para uma corrente que se reivindica do leninismo, portanto do centralismo democrático. Se é uma posição regional, então deve permanecer internamente.

Ocorre que PCO vem se adaptando à estrutura organizativa do centrismo, em que se combina democratismo com burocratismo. Expedito não só comunicou a decisão de apoiar Lula como também seu lançamento a candidato a senador. O que quer dizer: Vote em Lula, por um governo dos trabalhadores e para senador a candidatura revolucionária de Expedito Mendonça. Uma bela dobradinha.

PCO parece que está aprendendo a fazer propaganda eleitoral. Pode não dar certo, mas que não faltou esperteza é fato. Que vá fundo nela. A política e o caminho do POR são outros.



A LBI “descobriu” a herança espartaquista do PBCI argentino

A LBI anunciou em seu jornal que a “pequena corrente internacional recém-formada, a Corrente Bolchevique pela Quarta Internacional (CBQI),” “acabou por romper-se diante da negativa da LBI em cancelar a conduta abertamente revisionista do PBCI argentino.” Eis a síntese dos pontos criticados: 1. O PBCI apoiou o golpe militar de Jaruzelsky na Polônia, considerando-o progressivo. 2. Sobre a questão da Palestina, coloca “um sinal de igual entre as organizações guerrilheiras palestinas e o Estado racista de Israel.

Mas não foram essas duas questões que motivaram a ruptura. O problema começou com a nova ameaça de guerra dos Estados Unidos contra o Iraque. O PBCI, em nome da CBQI, lançou uma declaração em que omite “a consigna de vitória militar do Iraque”. A LBI recusou-se a assiná-la. O PBCI acusou a LBI de se negar a tomar posição frente ao conflito. Esta logo lançou uma declaração própria em que “colocava claramente a posição da vitória do Iraque em caso de guerra e a defesa deste atacar os alvos imperialistas na região, a principal base militar do imperialismo no Oriente Médio, o enclave sionista de Israel.” O revide não tardou: o PBCI acusou a LBI de “anti-semita”.

De acordo com o roteiro da novela, “a partir de então começaram a aparecer uma série de divergências sobre a questão palestina.” A LBI descobriu “a não

menos importante” divergência quanto à “concepção de partido”. O PBCI é uma seita. Mais ainda, descobriu que a CBQI “não se rege pelo centralismo democrático”.

Em 1996, quando foi constituída a CBQI, a LBI saudou como um grande acontecimento. Afinal, estavam no caminho de reconstruir a IV Internacional. Nem bem decorreram dois anos e as irmãs LBI e PBCI destapam a composição putrefata. O leitor não pense que é exagero nosso, já que somos adversários da LBI. Se tiver a paciência de ler os longos artigos de acusações mútuas, logo sentirá o mal cheiro. Mas vamos à caracterização que nos interessa.

A cisão na CBQI mostra o oportunismo da união. O próprio artigo do “Luta Operária” expõe com clareza a acomodação ocorrida em 1996. Diz: “A esta altura, seria justo que nossos leitores e simpatizantes nos indagassem sobre que base de acordos políticos afinal se constituiu a CBQI.”

Pode-se ver que o redator é um espertalhão. Não pretende de forma alguma fazer a autocritica necessária. Daí a resposta estar na ponta da língua: “A LBI resolveu por relevar a um segundo plano suas diferenças com o PBCI naquele momento (...)” Explica que se comportou assim devido a acordos sobre dois pontos: “1) a caracterização dos processos do Leste europeu e da ex-URSS como contra-revolucionários (...); 2) a defesa incondicional das semicolônias frente às agressões constantes do regime imperialista.”

As diferenças varridas para debaixo do tapete não são de ordem tática secundárias. A questão palestina diz respeito à opressão imperialista. O apoio ao golpe militar de Jaruzelsky refere-se ao estalinismo. Não estando claros os dois pontos e não tendo um posicionamento marxista-leninista-trotskista diante deles, é evidente que os dois pontos sobre “os processos do Leste europeu” e “a defesa incondicional das semicolônias” frente ao imperialismo estão comprometidos. Tanto é que o PBCI se negou a levantar a consigna de vitória do Iraque contra o imperialismo.

Em seu texto de crítica à LBI, o PBCI afirma que as raízes das divergências são de ordem programática, “insuficientemente discutidas”. Na

verdade, o pecado não foi de ter sido discutidas insuficientemente, mas sim de ter havido um acordo tácito entre PBCI e LBI de deixá-las de lado em função de pontos comuns, ou aparentemente comuns. Quem não reconhece que este é o método do centrismo e de toda gama de oportunismo?

Os artigos empolados da LBI procuram esconder a essência da ruptura. O redator maneja a pena acreditando ser mestre na arte de esconder, mas não faz senão revelar a união sem princípios na CBQI. Em uma passagem, a LBI advoga “o método revolucionário de clarificar ao máximo nossas posições e divergências políticas (...)”. Mas não foi esse o método aplicado na formação da CBQI! Está dito com todas as letras que o acordo foi o de deixar para mais tarde as divergências. E por quê? Porque permitiria à LBI lutar mais à frente. Porque era prematuro inviabilizar a união. Pode-se dar a explicação que quiserem, mas nenhuma corresponderá ao método leninista do internacionalismo. Ou seja, total clareza programática e total delimitação das divergências.

Uma vez que se conhece as divergências, o crime é maior. Deliberadamente, os pretensos reconstrutores da Quarta Internacional se deram as mãos para varrer as divergências.

Vejam até onde vai a hipocrisia da LBI. Na carta com o título “Vergonhosa defesa da inviolabilidade do gendarme imperialista no Oriente Médio”, a LBI conclui: “Estamos plenamente favoráveis a estabelecer uma nova base de relações entre nossas organizações, de acordo com critérios realistas de funcionamento.” A condição imposta ao PBCI de “retirada ou reformulação do documento ‘Abajo el antisemitismo!’” mostra de corpo inteiro o camaleão. A acusação de agentes do imperialismo no Oriente Médio é mais do que suficiente para que nenhum tipo de funcionamento internacional seja possível. Menos para a LBI. A manobra de retirada das acusações do PBCI contra a LBI é pueril e ridícula. Será que não há militante sério na LBI para contestar tamanha jogatina e sair em defesa da construção do partido marxista-leninista-trotskista?



Lei de greve: a imagem da democracia burguesa

A greve dos petroleiros ocorreu em maio de 1995 e até hoje se arrastou a repressão contra o sindicato. No dia 16, o Presidente da República sancionou uma lei de anistia ao pagamento da fabulosa multa.

A lei de greve impede paralisações nas denominadas atividades essenciais. Como os petroleiros "desrespeitaram" as imposições da burguesia, o judiciário expediu uma multa que simplesmente faliu o sindicato, fora as demissões e processos contra grevistas. A justiça acabou por embargar todos os pertences do sindicato.

Para a burocracia sindical e o PT, a solução do problema teria de vir pelo parlamento. Fez-se uma lei de anistia, que se arrastou no tempo. De forma que o sindicato ficasse sob o tacho da Justiça patronal.

O Presidente da República sancionou a anistia, mas esta só passa a valer quando o Congresso aprovar o projeto de lei que reprime a greve nas serviços ditos essenciais. Também vetou o artigo que exigia a devolução do dinheiro confiscado pela multa.

Antes dessa lei de anistia, o Congresso já havia aprovada uma outra, que foi vetada na íntegra por FHC. Vemos assim como o Estado burguês reprime os sindicatos e joga com seu próprio parlamento para aumentar o poder de repressão da jurisprudência.

Ocorre que a greve dos petroleiros foi o único movimento do proletariado que de fato se chocou abertamente contra o Plano Real e a linha entreguista de desestatização do governo pró-imperialista. Durante um mês, os operários das refinarias sustentaram a greve sob intensa pressão política e militar.

Em algumas unidades de refino, como em Cubatão e Paulínia, ocuparam a fábrica e se dispuseram a enfrentar o cerco militar. O governo, frente à resistência operária, chegou a cogitar a utilização do Estado de Defesa, que é uma forma de Estado de Sítio.

A burocracia dirigente dos petroleiros perdeu o controle da greve, tal foi sua radicalidade. A

direção da CUT, manejada por Vincentinho, passou a trabalhar por um acordo por cima com o governo a fim de liquidar o movimento. As lideranças mais expressivas do PT, entre elas Lula, acabaram por condenar a radicalidade e a fazer coro com a propaganda governamental de que a longa greve prejudicava a população.

As distribuidoras de gás aproveitaram para intensificar o boicote à população. As filas monumentais eram mostradas e apontadas como consequência da greve. O conjunto da burocracia sindical permaneceu encolhida, quando se poderia desmascarar o boicote das distribuidoras e trabalhar pela formação de comitês de defesa da greve e de proteção da população contra a campanha da burguesia. Ao contrário disso, Lula e Cia apregoaram abertamente a favor do fim da greve e de sua proibição nas atividades "essenciais".

A Justiça a condenou como "abusiva" e determinou a violenta multa impagável.

O isolamento a levou para a derrota depois de um mês. A vitória do governo era essencial para implantar seu recém-lançado Programa de Estabilização e de Desestatização. Somente o movimento operário poderia resistir aos ataques da burguesia e levantar a barricada antiimperialista contra a ofensiva neoliberal.

Os reformistas do PT e seus aliados da Frente Popular tremeram diante da radicalidade inesperada dos petroleiros. Viram a greve como perigo à democracia burguesa. E acabaram por se unir ao governo, direta ou indiretamente. Essa confluência foi decisiva para o isolamento dos petroleiros. E para o governo antinacional e antipopular marchar livremente com seu Plano Real. Como vemos, depois de mais de dois anos, ainda paira a repressão sobre o Sindicato.

Mas o que importa aqui não é o balanço geral da greve, este já o fizemos em um folheto. Chamamos a atenção para a lei de greve. Não há direito de greve no Brasil. As proibições chegaram a tal ponto que

não há como disfarçar com palavreados o caráter de classe da democracia. A democracia restringe-se às eleições, ou seja, à pura formalidade do voto a cada cinco anos. O direito de greve é a expressão mais clara do grau de vigência da democracia burguesa. O que temos é uma parafernália repressiva antigreve.

Para comparação, lembremos os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. Ocorreram também sob o governo FHC. Nada aconteceu com os assassinos dos sem-terra. A democracia serve para amparar a violência reacionária contra os oprimidos. A greve dos petroleiros foi duramente combatida e reprimida. A democracia burguesa serve para legalizar a violência reacionária da burguesia contra a classe operária.

Essas experiências não são em vão. Ensinam-nos a necessidade de construir um partido revolucionário que conduza a luta de classes para a revolução social. O reformismo, ao defender a democracia burguesa, defende o Estado e este é uma arma de opressão contra os trabalhadores. É o que mostrou a greve dos petroleiros.

Ao contrário, temos clara a tarefa de destruir o Estado capitalista pela revolução violenta das massas. Se não se tem esse objetivo e não se trabalha por ele, qualquer posição política de esquerda terminará colaborando com a ordem capitalista.

NACIONAL



A falsificação de remédios é expressão da barbárie capitalista

A denúncia de inúmeras mulheres, que engravidaram apesar de terem tomado anticoncepcionais Microvlav, do Laboratório Schering do Brasil, expôs a questão da falsificação de medicamentos no Brasil. Trata-se de um problema mundial, pois segundo a Organização Mundial da Saúde 30% dos remédios consumidos no mundo são falsificados. É provável que esse número seja ainda maior que esses dados oficiais.

A indústria farmacêutica é um dos ramos mais monopolizados da economia mundial. Algumas dezenas de grupos controlam toda a produção planetária de remédios. Aplicam em geral alta tecnologia, o que reduz o valor dos produtos, mas o monopólio agrupado em cartéis impõe preços altíssimos.

A ciência encontrou curas para diversos

ção para preservar os interesses dos laboratórios. Quem sofre com isso é a população mais pobre, que está mais sujeita às doenças.

O monopólio dos laboratórios se traduz em alta dos preços, remédios ultrapassados (alguns inclusive mostram-se maléficos à saúde e são banidos, não antes de permitirem aos capitalistas extrair todo lucro possível), permanência das doenças etc.

Os laboratórios clandestinos têm proliferado pela elevação artificial da lucratividade da indústria farmacêutica. A cópia de embalagens, com remédios de mesma composição química, é o que há de mais brando em termos de falsificação. A pirataria chega ao ponto do uso de farinha em substituição aos produtos químicos.

O envolvimento no tráfico paralelo é geral. Os grandes laboratórios apresentam justificativas absurdas para explicar os flagrantes, como o recente que envolveu a Schering. Disseram que os remédios de farinha tinham sido um teste de máquina de embalagens, roubado da fábrica. Mas, então, por que não se prestou queixa alguma anteriormente?

Os distribuidores são os que dão uma fachada legal à pilantragem. Compram remédios legais e ilegais e distribuem às farmácias como uma só mercadoria. Algumas farmácias nem mesmo se preocupam em se proteger, adquirindo remédios diretamente dos falsificadores, sem nenhuma garantia de procedência.

As medidas recentemente tomadas pelo governo servem apenas para proteger os capitalistas. O uso do dinheiro público para criação de organismos de denúncia de remédios piratas serve para ajudar as multinacionais a eliminar seus concorrentes. A população afetada permanece como está (em muitos casos, morta). Mesmo a preocupação atual com a questão é reflexo do crescimento da pirataria, que concorre com as multinacionais, nada é feito em benefício das vítimas.

Privatização da Telebrás sob imposição imperialista

O governo inicia o processo de privatização da Telebrás, que deve ser entregue por 13 bilhões de dólares, no maior negócio de venda de estatais já realizado. Nas últimas semanas, acelerou-se o processo, com a derrota do processo judicial movido pela oposição e a divisão da empresa em partes, para facilitar a venda. Uma campanha de televisão massiva tem sido veiculada, para ganhar apoio da população. E a oposição reformista, depois da derrota judicial, encontra-se paralisada, restringindo-se a realizar um pequeno ato de protesto no final de julho, em Brasília, apenas para marcar posição e fazer campanha eleitoral.

A privatização da Telebrás está sendo acelerada em função do agravamento da crise internacional, que precipita-se sobre o Brasil. O imperialismo pressiona para abocanhar o mercado de telecomunicações e para que o governo queime mais um gigante estatal em função de preservar a saúde do parasitismo financeiro, ameaçada de contaminação pela crise no Japão/Leste Asiático/Rússia.

As privatizações são um mecanismo de duplo favorecimento do capital estrangeiro. Servem como garantia para o pagamento da especulação financeira e para ampliar o controle imperialista sobre a economia do país, reconcentrando capitais e mercados nas mãos do capital financeiro internacional. Em oposição a isso, trata-se de defender o estatismo sob controle operário, que só pode se dar pela via da ação direta das massas, por meio das greves, ocupações de fábrica, manifestações de rua etc. Se colocada em prática, essa luta se chocará contra um aspecto essencial do plano antinacional e antipopular de FHC e terá características antiimperialistas e anticapitalistas. Apontará no sentido da revolução proletária.

Nacional



Gravidez indesejada: farinha no remédio.

males, muitos dos quais ainda persistem pela falta de aplicação do conhecimento adquirido na solução definitiva de doenças. Quando se chega ao ponto da cura, é necessário adiar sua aplica-

O fim da greve nas federais

A greve nas universidades federais foi a maior mobilização de luta contra a ofensiva governamental em relação à educação. A greve se deu contra a proposta do governo de manter o congelamento salarial por meio da política de "gratificações", concedidas de acordo com as determinações oficialistas. Estas seriam a ampliação da carga horária em sala de aula, em detrimento da pesquisa, e a "avaliação de desempenho e resultados". Esses mecanismos são instrumentos de ataque ao ensino superior público, na medida em que procuram adaptá-lo ao estrangulamento orçamentário (que leva à falta de professores) e à reforma educacional do governo, que objetiva reduzir gastos públicos com a educação superior, de acordo com as imposições dos organismos internacionais (Banco Mundial etc.).

As gratificações foram logo compreendidas enquanto mecanismo de arrocho salarial, discriminatório e de favorecimentos burocráticos. Essa reivindicação, juntamente com a de contratação de professores e funcionários em falta (preenchimento dos claros) se tornaram em eixos da mobilização. Porém, o movimento mostrou que não havia suficiente clareza e unidade ao redor do rechaço às avaliações governamentais. As avaliações, sob quaisquer formas, têm um conteúdo preciso: servem como meio de demissão de professores e funcionários, de arrocho salarial e de manipulação burocrática. Em síntese, servem ao governo como pretexto para os rearranjos (cortes) de verbas às universidades. Aceitar qualquer tipo de avaliação da universidade nesse quadro é colaborar com a reforma educacional do governo, que destrói o ensino público em benefício do parasitismo financeiro. Sem falar que é divisionista, pois joga estudantes contra professores, deixando de lado a luta contra o governo. Os problemas no interior da universidade devem ser resolvidos sem interferência governamental ou externa. Para isso, trata-se de empunhar a bandeira da verdadeira autonomia universitária, baseada na soberania da assembléia universitária, em oposição à ingerência do governo. Esta bandeira permite estabelecer a unidade entre estudantes, professores e funcionários, contra o governo e os capitalistas.

Um dos elementos importantes da greve das federais foi a mobilização estudantil que ocorreu em várias unidades pelo país. Muitos centros acadêmicos e diretórios centrais se colocaram pelo apoio ativo à greve,

inclusive com a greve estudantil. Essa é a posição correta, porque cobra e responsabiliza o governo pela solução para o impasse e o restabelecimento das aulas.

A direção da UNE, porém, negou-se a atuar ao lado dos professores em luta. Essa atitude a coloca como auxiliar na aplicação da proposta governamental de pagamento de "gratificações" e manutenção do arrocho salarial. Mas a responsabilidade da UNE vai mais além. Isto porque essa greve se chocou contra o plano econômico do governo, na medida em que, se fosse vitoriosa e arrancasse a reposição de 49% sobre os salários congelados pelo plano Real, abriria o caminho para que o restante do funcionalismo seguisse sua trilha e avançasse na mesma direção. Seria um profundo golpe contra um dos pilares do plano antinacional e antipopular de FHC, o congelamento salarial. Por isso, a colaboração da direção da UNE a coloca também como cúmplice da manutenção do plano de fome de FHC.

A greve teve momentos importantes, como quando deu uma resposta fome ao ataque governamental de corte dos salários de maio. A greve de fome pressionou o governo a ceder e pagar. Estava aberta a possibilidade de projeção do movimento ao conjunto da sociedade, por meio da radicalização da luta. Tratava-se de colocar a vida dos grevistas sob responsabilidade do governo, e denunciá-lo, procurando ganhar apoio e mobilização de outros setores. Tratava-se de trabalhar pela unificação com outros movimentos que estouravam pelo país em oposição à reforma educacional em curso (rede estadual de São Paulo, estudantes etc). Mas o isolamento foi um dos fatores que enfraqueceu o movimento, e é responsável pela inadequação das direções.

No final de junho, um golpe derradeiro contra a greve: a votação do projeto do governo, contra o qual a greve se construiu, chegou ao Senado. O presidente da casa, senador

Antônio Carlos Magalhães, foi esperto e chantageou o comando de greve: ou se assumia o fim da greve ou nem mesmo as gratificações seriam concedidas. O recém-eleito presidente da ANDES conchavou com ACM e assumiu a defesa do fim da greve, em troca da aprovação do projeto. Essa atitude pelega dividiu o movimento, que passou a caminhar para o fim. Daí em diante, as assembleias foram aprovando o fim ou a suspensão do movimento, o que dá no mesmo.

O fato de um setor como o dos professores universitários, em geral conservador e um dos pontos de apoio da ideologia da classe dominante terem se colocado num movimento grevista de longa duração, abarcando até a greve de fome, e ter contado com o apoio de um setor expressivo dos estudantes, aponta uma tendência de luta muito forte de resistência à ofensiva governamental. Trata-se de trabalhar para que o movimento se unifique, centralize e crie as condições para mudar as atuais direções, na luta, para colocar a real defesa da universidade pública e gratuita.

Ocupação
Educação



ACM ameaça os grevistas das federais.

Sobre a IV Internacional

Fundada em setembro de 1938, em Paris. Aprovou o Programa de Transição redigido por Leon Trotsky. Teve de vencer a resistência de muitos opositoristas, entre eles Deutscher, que se manifestou desde 1936. O argu-

mento central dos adversários da fundação era que a Oposição de Esquerda (Liga Comunista Internacional) não entroncava com nenhum movimento de massa nem em uma revolução. Trotsky atuou partindo da certeza de que a segunda guerra mundial estava nas portas e que a revolução que a seguiria necessitava uma férrea direção.

O Secretariado Internacional se muda da Europa para os Estados Unidos pouco antes do estouro da esperada guerra (3/9/1939), que constituiu dura prova para a Internacional que nem bem acabava de se incorporar. Sofreu a grave perda de Trotsky, que pouco antes de ser assassinado, em 20 de agosto, elaborou o Ma-

nifesto de maio de 1940 sobre a guerra. Em 1943 se formou o Secretariado Europeu.

No SWP, surgiu uma importante tendência revisionista, encabeçada por Schachtmann e Burnham, acerca da caracterização do Estado soviético, da burocracia e da defesa da URSS, que terminou em uma cisão. Na seção alemã aflorou uma tendência que sustentava que a dominação fascista colocava a guerra de libertação nacional e democrática e não a revolução socialista.

Marcel Hic, organizador do Secretariado Europeu, morre no campo de concentração Dora e se destaca Michel Pablo (o grego Raptés). Na França, amiam as discussões, cisões e fusões. Fevereiro-março de 1944, unificam-se no PCI o CCI, o POI e o grupo outubro; o PCI foi reconhecido como seção da IV I. Em 1945, surgem tendências pró-estalinistas como a de David Rousset (Leblanc), que propôs uma aproximação do PC e foi excluído. Laurent Schwartz encabeça uma tendência direitista que sustenta que os PPCC cumpriam um papel progressista. A fração ultraesquerdista de Chaulieu preconizou a transformação em classe da burocracia soviética.

Em 1948, realiza-se o segundo congresso IV I. Em fins desse ano, ocorre a ruptura de Tito com Stalin, então a IV inicia uma grande campa-

nya em favor da Jugoslávia, país apresentado como núcleo de uma nova Internacional (o partido estalinista que rompe com Moscou deixa de ser considerado estalinista). Julho de 1950, estoura a guerra da Coréia. O Secretariado Internacional vê o começo da terceira guerra mundial, que se converte no eixo central das especulações de Pablo: a realidade objetiva está conformada pelo choque entre os mundos estalinista e imperialista; a passagem para o socialismo durará séculos de transição, caracterizadas por diversos Estados burocráticos (teoria retomada por Lambert-Moreno); a guerra, causa da mobilização revolucionária, obrigará os PPCC a jogarem um papel revolucionário, o que obrigaria os trotskistas a entrar neles. Tais são os fundamentos da tática do "entrismo sui generis" nos partidos estalinistas e que acaba em autodestruição.

Nos anos 1951 e 1952, desenvolve-se uma grave crise entre os que permaneciam fiéis ao trotskismo e os revisionistas dirigidos por Pablo. Em julho de 1952, a maioria francesa do PCI é excluída da Internacional. Em fins de 1953, o SWP denunciou o pablismo e rompeu com ele. Estas organizações, junto a SLL inglesa e a um grupo suíço, colocaram em pé, em 1963, o Comitê Internacional, que tomou a decisão de lutar pela continuidade da IV I. frente aos desvios pablistas, representadas pelo Secretariado Internacional. Mais tarde o CI se transformou, em 1972, no Comitê Pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI), que em fins de 1979 se fundirá com os morenistas da Fração Bolchevique do Secretariado Unificado, no chamado Comitê Paritário e uma instável e convulsa IV I. (CI).

Em 1951, realizou-se o terceiro congresso da IV I. (dele participou o POR boliviano), que mostrou enorme influência do pablismo. Em 1962, o posadismo divide o SI e organiza sua própria internacional. No ano de 63, o SWP e o SI constituem o Secretariado Unificado. Durante a cisão de 1953, o POR adotou a linha de independência frente às tendências internacionais em luta. No começo de 1979, o POR rompe com o CORQUI e em fevereiro contribui à formação da efêmera Tendência Quarta Internacional (TQI), juntamente com Política Operária da Argentina, e grupos do Chile, Brasil e Venezuela.

(Extraído do livro de G. Lora Dicionário Histórico Cultural, 2ª ed., La Paz, Bolívia, 1986).

Internacional



Como trabalhamos pela reconstrução da IV Internacional

Partimos do Programa de Transição, considerado como método; assimilamos criticamente a experiência revolucionária internacional. A regra mestra leninista: "Para nos unirmos e com o fim de podermos nos unir, devemos devemos nos delimitar previamente de um modo claro e decisivo."(Lenin)

Panorama atual

Chama a atenção que a caída do estalinismo, a restauração capitalista na URSS, tivesse seguida da desintegração da esquerda que se proclamava crítica da burocracia termidoriana e até trotskista. Isso demonstra, em que pese que a história tenha comprovado a correção da crítica de Trotsky à política da burocracia reacionária, não se logrou incorporar como direção revolucionária poderosa.

De longe se percebe que faltou a suficiente profundidade para apresentar a diferença e contradição entre estalinismo e trotskismo. O panorama atual é lamentável, as massas convulsionadas não encontram uma direção revolucionária.

Outro fato lamentável. A infinida-

de de grupúsculos que pululam em toda parte do mundo procuram se unir, apresentar-se como direção internacional e para isso jogam no cesto de papel imprestável toda experiência internacional na construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, que deve ser a Internacional marxista-leninista-trotskista.

Os grupúsculos que mencionamos estão empenhados em se unir, se dividir e surpreender a todos com a formação de camarilhas de amigos, mas não de militantes revolucionários bolcheviques.

Não se pode substituir a direção revolucionária por uma camarilha de amigos de existência efêmera.

O que faz falta

Os acontecimentos demonstram que o Programa de Transição - a contribuição de Trotsky que não se deve ignorar e que constitui o método que permite projetar a luta cotidiana das massas para a revolução social - não logrou se concretizar, aplicar na realidade de cada país, tal o significado da ausência de programa dos diversos partidos para o país que se pretende transformar radicalmente.

Argentina:

Para unir as massas exploradas sob a direção da classe operária, forjar uma frente única antiimperialista

"Uma Frente classista, revolucionária, antiimperialista. Temos de forjar esta Frente Única que seja um passo a frente na organização da luta."

Na capa de nosso Massas 125 se colocou esta formulação, que poderia confundir nossas resoluções programáticas e os 12 pontos do Comitê de Enlace.

Para nossa organização sempre foi importante ressaltar a tática da Frente Única Antiimperialista.

Como diz a resolução do Comitê de Enlace: "8. As nações oprimidas só poderão se libertar se estruturam nos países atrasados a frente antiimperialista sob a estratégia do proletariado e que tem como eixo fundamental a aliança operário-camponesa. Nos países adiantados, seguimos fiéis à concepção leninista de frente única

proletária."

O partido resolveu há bastante tempo que esta questão tão vital permanecesse refletida na capa de nosso jornal: "Pela Frente Única Antiimperialista."

Esta é uma questão que nos diferencia dos frentepopulistas e dos autoproclamados trotskistas. A definição de FUA corresponde à caracterização de nosso país como atrasado e semicolônia do imperialismo.

Existem correntes que colocam a frente única proletária como a tática que corresponde a nosso país, entendendo, portanto, que a revolução a se desenvolver será puramente socialista. Desde a década de 40, forjaram essa concepção que lhes impediu de atuar corretamente frente ao nacionalismo burguês, caindo na concepção sectária, trasladando

É preciso assinalar que a direção da Quarta Internacional não cumpriu a tarefa imprescindível de assimilar autocriticamente a experiência internacional e de generalizar seu ensinamentos.

O POR boliviano oferece uma rica experiência de sua luta no seio das massas, o que pode ajudar em muito a potenciação do movimento revolucionário em geral. O respectivo material se encontra nas "Obras Completas", que temos publicado.

Reiteramos que temos de começar assinando nossas posições e fisionomias, e confrontá-las com os demais grupos e partidos. Há que se partir daqui.

(Extraído do Massas do POR boliviano nº 1621)

Internacional



FUA e levando-a adiante na prática por ocasião da Assembléia Popular Boliviana, primeiro sovieta da América Latina e da FRA.

O termo "classista" significa de classe, burguesa ou proletária, mas de classe. Se a frente que propomos é classista (operária), é de natureza distinta da frente antiimperialista. Por isso, parece-nos importante não deixar nenhuma

dúvida sobre como expressamos adequadamente a tática correta.

(Artigo extraído do Boletim Massas, regional de Buenos Aires, nº 0, do POR argentino.)

Obs.: Estamos de acordo com a crítica exposta pelos militantes poristas que lutam pelas posições do Comitê de Enlace. A defesa da frente única antiimperialista diferencia as posições do Comitê de Enlace frente

às correntes revisionistas do leninismo-trotskismo. A nova formulação na capa do Massas, do POR argentino, mostra a falta de rigor daqueles que romperam com o Comitê de Enlace. A tendência do POR argentino é avançar no caminho do revisionismo, como já prenuncia na formulação da frente única e outras posições diante de grupos centristas, como o PTS.



Situação internacional

Publicamos abaixo a primeira parte de um texto sobre a situação internacional, debatida em nossa 3ª Conferência.

Trata-se de uma contribuição ao debate, por Atilio de Castro.

1. Novos avanços da crise mundial

O retrocesso da economia japonesa, ao passar da estagnação para a recessão, indicou que a crise na Ásia dará um novo salto à frente. A bancarrota dos "tigres asiáticos" foi o prenúncio do processo de desagregação econômico-financeira de toda região. A extensão e profundidade das quebras expõem o caráter mundial da crise capitalista. Não se trata simplesmente de um fenômeno regional, contornável em si mesmo. Também não se pode afirmar que se trata de uma crise regional que tende a se internacionalizar. A falência de países inteiros, como Coréia do Sul, Indonésia etc, representa rupturas nos elos mais fracos da cadeia mundial do capitalismo. É mais preciso dizer que a ruptura nesses elos atuará no sentido de aprofundar a crise geral capitalista.

A crise mundial vem se desenvolvendo há décadas. Nos últimos trinta anos, considerando os acontecimentos desde 1970, esta compareceu sob diversas formas, em estágio diferenciado e atingiu mais particularmente alguns países. A reces-

são de fins dos anos 70 e início da década de 80 significou um salto, uma vez que foi mundialmente abrangente. As contradições do sistema capitalista que conduzem as crises mundiais vêm se desenvolvendo desde a década de 60. A recessão nos Estados Unidos em 1967, deu o sinal mais claro do esgotamento da reposição das forças produtivas e expansão econômica depois da segunda guerra mundial. As forças produtivas, sob o controle dos ramos monopolistas, se chocam com as relações de produção.

Em 1973, eclodiu a denominada crise do petróleo. Veio à tona a extraordinária acumulação de capital e com ele o excedente financeiro sem possibilidade de aplicação produtiva. As potências se depararam com a estagnação e foram obrigadas a aumentar a dívida pública para proteger os capitalistas e forçar o endividamento externo das semicolônias, empurrando-lhes os chamados petrodólares. Após seis anos, houve o "segundo choque do petróleo". O imperialismo elevou as taxas de juros e com elas recrudescer o endividamento dos países atrasados. A recessão atingiu nível internacional, golpeando as potências até 1982.

A América Latina vê sua economia ser arrastada pelo turbilhão mundial. De 1981 a 1983 a recessão a golpeia. Em 1984 começa uma débil recuperação. Depois da crise do endividamento externo, provisoriamente contornada, o imperialismo iniciou uma nova ofensiva de abertura de mercado, de entrega das estatais e de desnacionalização. O resultado negativo para as forças produtivas se fez sentir em breve tempo, arrasando parques industriais e retrocedendo as economias agrárias. A crise cambial do México em 1994 foi um dos reflexos das imposições imperialistas.

Os Estados Unidos, Alemanha e

Japão retomam a aplicação maciça de capital. Voltam-se para a alta tecnologia, de forma a aumentar a produtividade e enfrentar a guerra comercial. Assim, grande parte das inversões são destinadas as próprias potências, reduzindo-se as aplicações drasticamente nos países semicolônias, a exemplo da América Latina. Ao mesmo tempo, o imperialismo força os devedores a canalizar altas somas em forma de juros e correções. A sangria do endividamento afeta o desenvolvimento econômico dos países atrasados e protege os interesses do capital financeiro das matrizes.

É nesse período da segunda metade dos anos 80 que as fusões ganham novos impulsos, mostrando as tendências concentracionistas do capital mundial. Verifica-se a redução da participação das semicolônias no mercado mundial, em função da brutal queda nos preços dos produtos primários. A desigualdade econômica entre os países capitalistas adiantados (imperialistas) e os atrasados (semicolônias) aumenta rapidamente.

Nesse processo da crise, tomada desde 1987, as potências ocuparam lugares distintos e combinados. A recessão dos primeiros anos de 80 atingiu mais poderosamente os Estados Unidos. Entre a década de 70 e 80, a burguesia norte-americana viu seus lucros caírem. As quebras bateram em suas portas. A economia norte-americana perdeu espaço no mercado mundial. O capital especulativo foi atingido pelas desvalorizações do capital produtivo e apresentou uma importante fratura no sistema financeiro norte-americano. Este dependeu de bilhões de dólares do Tesouro nacional para que as falências não ganhassem proporções anárquicas. O craque na Bolsa de Valores de Nova York, em 1987, se constituiu numa válvula escapatória da crise. A

partir daí recomeça a ascensão dos valores fictícios, especulativos. Nesse mesmo período, o Japão se projetava e surgia como modelo de capitalismo bem sucedido.

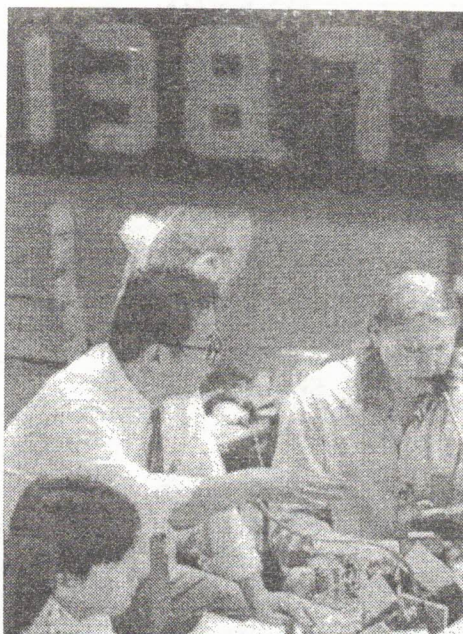
A Europa teve baixo crescimento nos anos anteriores a primeira metade da década de 80. Na segunda metade de 80, a burguesia européia se entusiasmou com o estímulo econômico. Mas já nos primeiros anos de 90 o velho continente se move lentamente. E só agora a Alemanha e França apresentam um reanimamento, que não se sabe qual é o fôlego.

O Japão se depara com a redução do grande impulso anterior à década de 80, mas por mais dez anos continua a crescer a uma taxa média de 4% ao ano. A década de 90 será a da estagnação japonesa. No ano de 1996 alcança o patamar de 3,6%, logo se mostra insustentável, devido ao artificialismo dos incentivos governamentais. Da estagnação da economia japonesa chega à recessão nos três últimos meses de 1997 e no primeiro trimestre de 1998, com uma projeção de queda de 5% anualizada, caso o governo não lance mão de novos artifícios fiscais e financeiros. Essa é a primeira recessão desde a década de 70.

Opostamente, à estagnação européia e nipônica, os Estados Unidos se destacam na década de 90, o crescimento atinge uma média entre 3,5% a 4%. No ano de 97, chegou a 5%.

Os países do sudeste asiático acompanharam o impulso japonês, estando a ele umbilicalmente ligados. Em outubro de 97, a crise dos "tigres asiáticos" se mostra devastadora. Quando se imaginava que o intervencionismo do FMI havia amenizado o impacto das falências, o Japão reconhece que está à beira de novas e mais contundentes ondas de quebra. Por ser a segunda economia mundial e seus capitais exercerem grande influência por todo o mundo, a crise japonesa nem bem começou e já provoca enormes tremores mundiais. A desvalorização do ien resulta em desequilíbrios comerciais e novos abalos financeiros.

A China que nos últimos tempos comparece no mercado mundial como grande exportadora e importadora, bem como respira para a crise de superprodução, dada as condições de restauração capitalista em suas fronteiras, é um dos países imediatamente afetados pela crise japonesa e do sudeste asiático. As pressões do imperialismo sobre a China aumentam. Os Estados Unidos exigem que esta mantenha sua moeda valorizada, de forma a influenciar o menos possível nos conflitos comerciais. Po-



rém, sabe-se que esta posição não pode ser sustentada por muito tempo, caso os desequilíbrios provocados pela desvalorização do ien e demais moedas dos Leste Asiático permaneça.

É nesse mesmo quadro que se manifesta a bancarrota econômica da Rússia. A Alemanha, por estar mais comprometida com a penetração financeira na Rússia, teme que a crise atinja a sua recente reativação.

A América Latina não poderia deixar de sofrer os rigores da crise mundial. A Argentina que nem bem começou a se recuperar das quebras se vê sob tremenda pressão do organismos financeiros internacionais para conter a retomada do "aquecimento" da economia. O Chile que compareceria como modelo estável do neoliberalismo acaba de ser atingido por violentos ataques, tendo de aplicar medidas de choque. Na mesma linha de Chile, todos os países semicolônias dependentes da exportação de matérias-primas são empurrados para o precipício, uma vez que suas principais mercadorias são desvalorizadas no mercado mundial. A exemplo da Venezuela e México. O Brasil do Plano Real apresenta uma baixa média de crescimento. Sob medidas pró-imperialistas, caminha para a recessão.

Verificamos, nessa exposição sucinta, que apenas a economia norte-americana comparece com indicadores positivos, do ponto de vista da economia capitalista. Entretanto, já se tem presente que as vantagens da economia norte-americana estão se esgotando. A manifestação da crise mundial na maior parte do globo se converterá em depressão mundial. Essa tendência começa a se tornar visível na primeira potência mundial. O artificial crescimento nos Estados Unidos da década de 90

se mostra incompatível com a caótica situação internacional. Num determinado momento, o retrocesso japonês e a estagnação européia serviram aos interesses da primeira potência, valorizando seus capitais. Mas no segundo momento, está sendo e será um fator de desagregação. A instabilidade das moedas frente ao dólar e as crises comerciais atingirão em cheio os Estados Unidos no próximo período. Essa é a tendência mais provável. É claro que não se trata de uma relação mecânica e também que as potências não tenham nenhuma margem de manobra para interferir no ritmo da desintegração mundial. O fundamental é observar que as abruptas desvalorizações nas Bolsas de Valores, as desvalorizações de moedas, a retração comercial, a exposição de falências financeiras e as quebras industriais compõem como um fenômeno de ordem mundial. O que quer dizer que a crise está em marcha ascendente para atingir um ponto culminante de convergência geral. As várias situações de crise, desde a década de 60, demonstram que o capitalismo vem acumulando os elementos para uma crise mais abrangente e profunda.

A situação incólume do capitalismo norte-americano, nas condições de crise generalizada, não faz senão demonstrar uma posição artificial, mantida pelo poder de especulação do capital financeiro e do intervencionismo estatal, que se erradia internacionalmente. A crise japonesa indica que as grandes quebras mundiais estão por vir e delas ocuparão um lugar proeminente os Estados Unidos, no momento considerado o modelo de fortaleza, como foi o Japão há duas décadas atrás.



O marxismo não morreu, vive na luta do proletariado russo

"Rebelião das massas se estende por toda a Rússia", acertadamente

assim se intitula uma nota jornalística da agência EFE, publicada no matutino "El Diario" (Quinta, 21 de maio). Milhões de explorados russos são atores da maior arremetida popular contra o governo Yeltsin, desde a queda da ex-união soviética. Um movimento nacional liderado pelos mineiros de carvão de Kezbass e potenciado por professores, funcionários públicos e estudantes encurralam ao governo. Não falamos de

simples marchas pacíficas, mas sim de mobilizações radicais, desconhecendo na prática a ordem legal estabelecida. Começando por bloqueios de linhas férreas e estradas em todo o país até a tomada de reféns, como é o caso dos mineiros, que prenderam em um ambiente o prefeito da região, o gerente e funcionários de uma das empresas carvoeiras privadas. Mas o importante não é o anedótico, mas que expliquemos o que é que está ocorrendo no país da revolução comunista mais importante da história. É certo que não poucos se perguntam: por acaso na ex-URSS não haviam desaparecido as marchas, greves etc.? Por acaso não haveria morrido a luta de classes?

Definitivamente, acaso na Rússia não haveria morrido o marxismo, como tão afanosamente o monstruoso aparato publicitário do imperialismo prega por todo el mundo?

Falso, o véu caiu. A



Yeltsin se curva diante do czar: um retrato histórico da burocracia.

luta de classes dos operários russos fecha a boca de milhares de intelectualóides serventes do capital.

Nos seus objetivos de luta não se detiveram no problema salarial, mas apontam para a demissão de Yeltsin, e o mais significativo, apontam para a nacionalização das minas. Consequência das sequelas da restauração capitalista (hambre, desocupação, etc.)

Os mineiros se chocam de maneira instintiva contra o capital financeiro, o que demonstra que a contradição fundamental do capitalismo (trabajo vs. Capital, operários vs. Burguesia) não desapareceu, nem poderia tê-lo feito, por ser uma lei intrínseca desta sociedade com caráter objetivo e independentemente de nossos desejos. Os fatos demonstram que a luta de classes não morreu, muito pelo contrário, exacerba-se a cada dia que passa em todos os lugares do planeta.

No entanto, seria um erro perder de vista as limitações deste movimento. A luta dos explorados russos é essencialmente instintiva, para eles somente é uma luta por melhores condições de vida e de trabalho, sem dar-se conta que, por ser despossuída dos meios de produção, chocam-se contra a propriedade privada burguesa, questionando a própria existência da sociedade capitalista. A debilidade principal do movimento operários russo é a ausência do fator consciente, do partido revolucionário, vanguarda da classe operária que, interpretando as leis do desenvolvi-

mento da sociedade russa, de maneira consciente aponta para a destruição do capitalismo e para a edificação de uma sociedade socialista. Um partido que dirija a luta dos trabalhadores para a conquista do poder econômico e político (a ditadura do proletariado). Esta tarefa não é simples, os operários russos necessitam assimilar criticamente a experiência do estalinismo revisionista no poder, compreender que Stalin e todos os seus sucessores até chegar Gorbachov, levaram à derrota a revolução operária. Para isso, estão obrigados a voltar a Trotsky e à Quarta Internacional, ao documento constitutivo da Quarta que popularmente é conhecido como "Programa de Transição", que põe em evidência o caráter reacionário do estalinismo e coloca a urgência de derrotá-lo para evitar a restauração capitalista na URSS e o fracasso da revolução mundial.

O que morreu no mundo é o estalinismo revisionista. O que tem sido vivificado pela história é o trotskismo e se faz imperiosa a necessidade de que este tome a condução política e física do proletariado mundial rumo à derrota do imperialismo. Urge reconstruir a quarta internacional, o que acelerará a construção de um partido revolucionário na Rússia.

Os explorados bolivianos saudamos a luta das massas rusas, estando seguros de que esse episódio de sua luta se converterá em um passo importante no caminho de sua independência ideológica.

(Extraído do site do POR Bolívia)